



REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU

FOME ZERO

NA GUINÉ-BISSAU

**DESAFIOS PARA ALCANÇAR A SEGURANÇA
ALIMENTAR E NUTRICIONAL (2018-2030)**



ÍNDICE

Prefácio.....	3
Resumo executivo: constatações e recomendações	5
Siglas e acrónimos	7
INTRODUÇÃO	9
Contexto geral	11
Antecedentes.....	12
Objetivos.....	14
Metodologia	15
1. ANÁLISE DA SITUAÇÃO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E DE NUTRIÇÃO	21
Disponibilidade.....	23
Acesso aos produtos alimentares	27
Uso dos alimentos e nutrição.....	28
Estabilidade.....	35
2. SISTEMAS CULTURAIS LOCAIS E A SUA RELAÇÃO COM O REGIME DE (IN)SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	37
Influência dos hábitos alimentares da sub-região na gastronomia local tradicional	44
Relação entre aspetos médicos e os regimes alimentares, segundo as regiões do país.....	45
3. A UTILIZAÇÃO DO POTENCIAL NATURAL NO COMBATE À FOME E À INSEGURANÇA ALIMENTAR	47
Disponibilidade de recursos naturais.....	49
4. POLÍTICA NACIONAL E PROGRAMAS: RESPOSTAS DO GOVERNO E DOS PARCEIROS	53
Intervenções no sector da saúde e nutrição	55
Intervenções no sector da agricultura	56
Intervenções no sector da educação.....	60
Intervenções no domínio da proteção social	61
Intervenções no domínio legal com vista à conservação da biodiversidade	63
Organização da resposta nacional face às capacidades institucionais e mecanismos de coordenação.....	64

Título: FOME ZERO NA GUINÉ-BISSAU. DESAFIOS PARA ALCANÇAR A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (2018-2030)

Equipa Técnica: Carlos Cardoso (Coordenador), Miguel de Barros (Coordenador Adjunto), Adalgisa Ramos Santos, Daniel Rodrigues, Jamila Bathy e Simão Gomes

Produção Estatística: Bailo Queta, Malam Indjai, Momadou Sow e Suande Camara

Comité de Conselheiros: Alexandrina Marino, Helena Nosolini Embaló, David McLachlan-Karr, Ivone Moreira, José Biai, Sambu Seck e Tomane Camará

Lead Convener: Paulo Gomes

Supervisão: Kiyomi Kawaguchi

Revisão do texto: Ricardo Reis dos Santos

Paginação e produção gráfica: Finepaper, Lda.

Imagem da Capa: Miguel de Barros

Fotografias: Kiyomi Kawaguchi, Miguel de Barros e Malam Indjai

Propriedade: Governo da Guiné-Bissau

Financiamento: Programa Alimentar Mundial das Nações Unidas (PAM)

Parceiros: PAM

Depósito Legal: Em aprovação

ISBN: 978-989-208998

Prefácio

5. BRECHAS NA RESPOSTA À SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	67
Utilização insuficientes e/ou indevida do potencial natural.....	69
Falta de harmonização e divulgação do quadro legal que rege o sector de segurança alimentar e nutricional.....	71
Amamentação.....	71
Gestão Integrada da Desnutrição Aguda.....	72
Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.....	72
Falta de coordenação e de sinergia nas ações dos principais stakeholders.....	73
Falta de informação sistematizada (disponibilidade e circulação atempadas) sobre segurança alimentar e nutricional.....	73
Insuficiência de recursos financeiros e/ou disponibilização atempada.....	74
Deficiente funcionamento das estruturas de certificação dos produtos alimentares.....	74
Ausência de um programa de educação alimentar e nutricional nacional e do consumidor.....	74
6. OS EIXOS ESTRATÉGICOS, AS MEDIDAS E OS OBJECTIVOS DA ESTRATÉGIA NACIONAL	77
Os eixos estratégicos	
I. Político, legal e institucional.....	80
II. Produção e transformação.....	81
III. Acesso, distribuição e consumo.....	81
IV. Educação, informação e consciencialização.....	82
V. Financiamento.....	82
VI. Cooperação Sul-Sul e triangular.....	83
VII. Sistema de vigilância e fiscalização.....	84
VIII. Coordenação, seguimento e avaliação.....	85
ROTEIRO DE IMPLEMENTAÇÃO DOS EIXOS ESTRATÉGICOS.....	86
7. MODELO DE GOVERNANÇA E SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO	97
Bibliografia.....	102
ANEXOS.....	104

A segurança alimentar e nutricional é uma das condições essenciais para alcançar um desenvolvimento sustentável. Os indicadores coligidos aquando da formulação do Objetivo 2 dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, definiram a luta contra a fome, o alcance da segurança alimentar, a melhoria da nutrição e a promoção da agricultura sustentável como um dos seus eixos estratégicos.

No entanto, a África Subsaariana é a região com a mais alta prevalência de fome, onde cerca de uma em cada quatro pessoas está subnutrida. Os sucessivos governos da Guiné-Bissau apostaram e continuam a empenhar-se na elaboração e implementação de políticas e estratégias preparadas a nível nacional, como são os casos do Plano Nacional de Investimento Agrícola, da Política Nacional e Plano Estratégico de Nutrição, do Decreto-Lei das Cantinas Escolares, do Dia Nacional da Nutrição e do Estudo sobre o Custo da Fome. Esses esforços vêm corroborar as bases do Plano Estratégico Operacional Terra Ranka, no qual a segurança alimentar é apontada como uma das prioridades que respalda o investimento no Capital Humano.

A decisão de elaborar uma estratégia de longo prazo que, na base de um diagnóstico sustentado da situação da segurança alimentar e nutricional no país, delineasse os caminhos, as modalidades e os princípios que devem nortear as transformações desejadas, consubstancia um dos principais desideratos para impulsionar a construção da capacidade interna de resiliência a choques e de luta contra a pobreza, particularmente no meio rural, e constitui uma oportunidade de desenvolvimento local e integração regional.

É nesta base que o presente documento constitui um passo decisivo na consolidação da agenda nacional do desenvolvimento e no reforço da coordenação institucional entre os diferentes parceiros intervenientes, nacionais e internacionais. Sem o apoio e a colaboração destes últimos, teria sido impossível elaborar esta estratégia, e por isso a eles queremos aqui deixar o nosso profundo agradecimento pela disponibilidade e pelo compromisso demonstrados.

Alcançar o objetivo Fome Zero no horizonte 2030 vai exigir de nós, um país frágil em termos infraestruturais, um esforço hercúleo, sem margem para dúvidas. Contudo, apresenta-se como algo realizável e até como um impulso decisivo através do qual o governo passa a ter um importante instrumento onde cada um dos atores implicados pode encontrar inspiração para fazer da sua contribuição uma parte integrante da política pública nacional.

Com a crença de que as ideias-força desenvolvidas neste documento, acompanhadas por uma vontade política do governo e de toda a classe política, estamos em condições de tomar medidas, incluindo as de índole financeira, através da integração desta estratégia no Orçamento Geral do Estado, algo indispensável e revelador do compromisso e encorajamento do governo à implementação do roteiro delineado e favorecerá o espírito de apropriação nacional e da sociedade guineense.



Dr. Aristides Gomes
Primeiro-ministro e Ministro da Economia e Finanças

Resumo executivo: constatações e recomendações

A problemática da segurança alimentar e nutricional tem assumido uma importância crescente nos programas e políticas de desenvolvimento implementados na Guiné-Bissau. Porém, apesar dos esforços consentidos pelos principais atores que atuam neste sector (governo, parceiros internacionais e organizações da sociedade civil), o país continua a enfrentar enormes desafios.

Os constrangimentos ligados à segurança alimentar e nutricional na Guiné-Bissau têm múltiplas causas e estão intrinsecamente relacionados com os problemas de desenvolvimento do país e o nível de pobreza da população. A permanente instabilidade política e governativa, com fortes impactos económicos e sociais, constitui um elemento fundamental para explicar as causas de pobreza e de insegurança alimentar no país. A ausência de estratégias de médio e longo prazos especificamente direccionadas para o desenvolvimento do sector agrícola, o fraco desenvolvimento das estruturas públicas e associativas, o elevado índice de analfabetismo e o baixo nível da educação nutricional, a par da ausência de condições e de estabilidade para um investimento privado robusto no sector agroalimentar e do agronegócio, são elementos centrais no condicionamento da Segurança Alimentar e Nutricional da população.

Enquanto não se alterarem estruturalmente as condições de produção e de distribuição de alimentos, sobretudo no sector agrícola, o país não será capaz de produzir o suficiente para alimentar, tanto em quantidade como em qualidade, a sua população. Como foi constatado por inúmeros especialistas¹, a Guiné-Bissau apresenta condições naturais especialmente favoráveis à produção agroalimentar, quer em termos de cereais, quer em termos de produtos hortícolas – raízes e tubérculos – e frutícolas, quer ainda em termos de produtos florestais não-lenhosos. De igual modo, a larga extensão costeira do país confere-lhe um acesso facilitado a recursos pesqueiros que podem e devem ser valorizados do ponto de vista da Segurança Alimentar e Nutricional.

Várias análises sobre a segurança alimentar demonstram que, em termos globais, não se pode falar de fome na Guiné-Bissau². Porém, constata-se que 20% dos agregados das zonas rurais se encontravam em situação de insegurança alimentar no mês de outubro de 2017. No meio rural, algumas regiões apresentam taxas de insegurança alimentar mais altas do que a média nacional, chegando a atingir os 27% na região de Quínara³. No meio urbano, em 2018, a taxa de insegurança alimentar foi de 3% dos agregados inquiridos, sendo que 65% recorreram a estratégias de sobrevivência baseadas no consumo para fazer face à escassez de alimentos.⁴

O chamado *duplo fardo* é, hoje em dia, uma realidade na Guiné-Bissau. As estimativas da análise sistemática dos dados dos inquéritos em relação ao peso e à altura da população de 188 países, publicadas em maio de 2014, mostraram uma prevalência muito elevada de excesso de peso e de obesidade na Guiné-Bissau, tanto nas crianças como nos adultos de ambos os sexos.

A problemática da Segurança Alimentar e Nutricional na Guiné-Bissau tem, portanto, diferentes causas a diferentes níveis. Ao nível da disponibilidade, existe de facto um défice de produção de alimentos que resulta da ausência de uma estratégia de desenvolvimento

¹ Cf., por exemplo, a entrevista de Diogo Ferreira, Bissau, Maio de 2018.

² Cf., por exemplo, a entrevista com Coronel Saliu Baldé, Bissau, Maio de 2018.

³ Dados do Inquérito SiSSAN, Outubro 2017.

⁴ Dados do Inquérito realizado no quadro da Estratégia Fome Zero, maio 2018.

do sector agrícola, da dificuldade de acesso, por parte dos pequenos produtores, a mercados e, essencialmente, pela ausência de estruturas públicas e associativas que apoiem a produção e os produtores. A este nível, a Guiné-Bissau necessita de revitalizar uma estrutura de extensão rural pública, com o apoio das estruturas associativas e cooperativas, que permita, de um modo sistemático, desenvolver o sector agrícola e apoiar tecnicamente os produtores.

Ao nível do acesso, existe um problema grave associado à escassez de rendimentos da generalidade da população, o que não lhes permite adquirir produtos alimentares de qualidade no mercado, mesmo que eles estejam disponíveis. Além do mais, verifica-se a ausência de uma política que permita às famílias mais vulneráveis e de baixa renda usufruírem de um mecanismo que possibilite o seu acesso aos alimentos de forma equitativa.

Ao nível da utilização, existe igualmente a necessidade de promover a diversificação alimentar, com vista à preparação de refeições mais equilibradas e mais ricas do ponto de vista nutricional. Este processo deverá ser acompanhado da intensificação e da expansão de programas de cantinas escolares associados a um maior acesso a informação e a uma maior sensibilização da população sobre a importância da segurança nutricional. Este processo deve ainda contemplar a presença, junto da comunidade, de agentes de nutrição para a orientação e a vigilância nutricional das comunidades mais vulneráveis.

Porém, os alimentos disponibilizados nem sempre estão em condições de serem consumidos de um modo seguro. A qualidade dos alimentos coloca problemas sérios à saúde pública, quer por falta de mecanismos e medidas adequados de inspeção, controlo e certificação da qualidade, quer porque os próprios hábitos alimentares não são os mais adequados, por falta de uma educação nutricional à altura.

As políticas e os programas implementados até à presente data não têm sido suficientes nem eficazes para reverter a situação, pese embora os esforços desenvolvidos por sucessivos governos. A capacidade de resposta do Estado e dos seus parceiros internacionais têm ficado aquém dos desafios. Têm-se colocado constrangimentos de várias ordens, mas os ligados à implementação dos programas com um sistema adequado de coordenação, monitorização e avaliação parecem ser os mais sérios e os mais críticos. Constata-se que os atores têm participado numa lógica de competição e de procura de visibilidade, atuando de um modo isolado e sem mecanismos de comunicação partilhada, o que não concorre para um quadro de ação mais harmonioso, tendo em vista a coparticipação e a coresponsabilização, algo que poderia potenciar o maior impacto dessas ações junto da população e, assim, aumentar a capacidade das instituições para cumprirem o seu papel.

Para que esta situação seja revertida, a Guiné-Bissau necessita de uma estratégia que, capitalizando as experiências do passado e as condições até agora criadas, permita traçar um roteiro que oriente o país, a sua liderança e os diversos atores que intervêm na Segurança Alimentar Nacional a procurar sinergias e a evitar desperdícios de recursos.

Resumindo, existem vários elementos promotores da Segurança Alimentar Nacional no país, mas todos eles apontam para a necessidade de desenvolvimento de uma estratégia de Soberania Alimentar e não apenas de Segurança Alimentar Nacional. Deste modo, a *Estratégia Fome Zero* visa fornecer um roteiro que permita ao Estado guineense, juntamente com os seus parceiros de desenvolvimento, atingir, até 2030, o Objetivo 2 dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

AMAE	Associação das Mulheres de Actividade Económica
ANAG	Associação Nacional dos Agricultores Guineenses
ANFA	Aliança Nacional para a Fortificação dos Alimentos
ANP	Assembleia Nacional Popular
ASC	Agente de Saúde Comunitária
CCIAS	Câmara do Comércio, Indústria, Agricultura e Serviços
CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
CARI	Abordagem para o relatório consolidado de indicadores de segurança alimentar
CIPA	Centro de Investigação Pesqueira Aplicada
CNMSAN	Comité Nacional Multisectorial de Segurança Alimentar e Nutricional
CONSAN	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CPDA	Carta de Política de Desenvolvimento Agrário
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
DENARP II	Segundo Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza
DR	Distritos de Recenseamento
DSANSC	Direção de Serviço de Alimentação, Nutrição e Sobrevivência da Criança
EGALCPI	Estratégia Global para a Alimentação de Lactentes e Crianças de Primeira Infância
ENDCA	Estratégia Nacional de Desenvolvimento da Cultura de Arroz
ESAN	Estratégia Regional de Segurança Alimentar
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FARP	Forças Armadas Revolucionárias do Povo
GB	Guiné Bissau
GIDA	Gestão Integrada da Desnutrição Aguda
GPSA	Gabinete de Planificação de Segurança Alimentar
GTSAN	Grupo Temático de Segurança Alimentar e Nutricional
IBAP	Instituto de Biodiversidade e das Áreas Protegidas
IHAC	Iniciativa Hospital Amigo da Criança
INASA	Instituto Nacional de Saúde Pública
INE	Instituto Nacional de Estatística
INPA	Instituto Nacional de Pesquisa Agrária
IPHD	International Partnership for Human Development
JNVP	
MADR	Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural
MICS	Inquérito dos Indicadores Múltiplos
ODS	Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
ODS-2	Objectivo de Desenvolvimento Sustentável N° 2
OGE	Orçamento Geral do Estado
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONG	Organizações Não-Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PAM	Programa Alimentar Mundial das Nações Unidas
PESA	Programa Especial para a Segurança Alimentar
PFNL	Produtor Florestais Não-Lenhosos
PGIDA	Protocolo Nacional da Gestão Integrada da Desnutrição Aguda
PIB	Produto Interno Bruto
PIDESC	Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais
PLACON-GB	Plataforma de Concertação das Organizações Não-Governamentais na Guiné-Bissau
PNIA	Plano Nacional de Investimento Agrícola
PNS	Plano Nacional de Sementes
PNSA	Programa Nacional de Segurança Alimentar
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PVVIH	Pessoas Vivendo com o Vírus da Imunodeficiência Humana
QNCOCPR	Quadro Nacional de Concertação das Organizações dos Camponeses e Produtores Rurais
RESSAN-GB	Rede da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar e Nutricional da Guiné-Bissau
ROPPA	Rede das Organizações dos Camponeses e Produtores Agrícolas da África Ocidental
SAB	Sector Autónomo de Bissau
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SiSSAN	Sistema de Seguimento da Segurança Alimentar e Nutricional
SUN	Scaling Up Nutrition
UEMOA	União Económica e Monetária do Oeste Africano
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
ZEE	Zona Económica Exclusiva



INTRODUÇÃO





Contexto geral

A Guiné-Bissau (GB) é um país com uma área total de 36 125 km², situado na costa ocidental de África, limitada ao Norte pela República do Senegal, a Leste e ao Sul pela República da Guiné-Conacri e a Oeste pelo oceano Atlântico. O seu território compreende uma parte continental e uma parte insular. Esta última é composta por vários ilhas e ilhéus situados no oceano Atlântico, sendo as ilhas do Arquipélago dos Bijagós as principais. A sua população era estimada em 1 687 694 de habitantes, dos quais aproximadamente 70% vivia em meio rural.⁵

As terras aráveis perfazem uma superfície de 1 410 600 hectares, das quais 150 000 hectares são irrigáveis. A pluviometria é abundante (1500 a 1877 mm, em média, distribuída por 112 dias) e os recursos em águas superficiais e subterrâneas são significativos.

O país possui condições favoráveis ao cultivo de diversos produtos agrícolas, tais como arroz, tubérculos, amendoim, óleo de palma, frutos e legumes, e dispõe de importantes fontes de proteína animal. O seu recurso haliéutico (peixes, crustáceos e moluscos) é também abundante, devido à existência de uma rica flora aquática e de uma extensa plataforma continental (45 mil km²), com numerosos rios e uma parte insular.

A principal actividade económica é a agricultura, incluindo a pecuária e as florestas. Ela contribui para mais de 50% do PIB⁶, mais de 80% das exportações e emprega 82% da população ativa. A castanha de caju é o principal produto de exportação, tendo representado, em 2017, cerca de 98,7% da exportação global e 23,9% do PIB.⁷ Os produtos da pecuária representam cerca de 17% do PIB nacional e 32% do PIB agrícola. A pesca marítima, por sua vez, constitui a segunda fonte de divisas e de emprego na Guiné-Bissau.

Pese embora o seu grande potencial natural, a Guiné-Bissau faz parte do grupo de países mais pobres do mundo. O seu nível de pobreza é estimado em 69,3%, segundo o estudo realizado sobre a pobreza no quadro do seguimento dos indicadores de redução da pobreza (ILAP 2). O Índice de Desenvolvimento Humano (2016), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), classifica-o em 178.⁹ lugar, entre 188 países.

Desde que declarou a sua independência, em 1973, o país tem conhecido sucessivos conflitos, por vezes armados, que têm afetado gravemente a sua estabilidade política e institucional, e que tem provocado, entre outros males, o êxodo rural. O seu tecido infraestrutural na área social é bastante fraco, com impacto acentuado sobre os níveis de saúde e de educação. A taxa de escolarização é de 62,4% a nível do ensino básico e de 20,4% a nível do secundário. A taxa de alfabetização entre os jovens (15-24 anos de idade) é de 51% nas mulheres e de 70% nos homens.⁸ 75% da população está a usar uma fonte melhorada de água potável. Existem 60% dos agregados familiares sem água potável em casa. Somente 13% da população tem acesso a uma fonte de água potável e dispõe de instalações sanitárias melhoradas. Apenas 38% da população tem acesso aos serviços da saúde. A taxa de mortalidade neonatal é de 36 por cada 1000 nados-vivos e a taxa de mortalidade infanto-juvenil (menores de 5 anos) é de 89 por cada 1000 nados-vivos.⁹ A taxa de mortalidade materna, para o período 2007-2014, é de 900 por cada 100 000 nascimentos.¹⁰ A esperança de vida à nascença é de 48,6 anos.¹¹

⁵ Estimativa para 2016, do Instituto Nacional de Estatística da Guiné-Bissau, *Contas Nacionais Definitivas 2015 e provisórias 2016*, Bissau 25 de agosto 2017.

⁶ Dados de 2015.

⁷ Dados do Ministério das Finanças, in Nota de Enquadramento Macroeconómico e Orçamental, março de 2018.

⁸ Dados do MICS 2014.

⁹ Dados do MICS 2014.

¹⁰ Dados do MICS 2014.

¹¹ DENARP II, 2010.

Antecedentes

Este relatório apresenta uma revisão estratégica da situação de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) na GB e define a estratégia do país para o sector, tendo como horizonte o ano 2030. É, pois, o culminar de um processo que teve início com a adesão do Governo da GB e dos seus principais parceiros, nomeadamente o Programa Alimentar Mundial (PAM) das Nações Unidas, aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e, implicitamente, a cada um dos 17 Objetivos adoptados pelos Estados-membros das Nações Unidas, no quadro da Cimeira pós-2015, que decorreu em Nova Iorque, de 25 a 27 de Setembro de 2015.

Não obstante a instabilidade política que tem caracterizado a GB nas duas últimas décadas, os sucessivos governos não cessaram de procurar vias e meios para promover um desenvolvimento económico durável, baseado na exploração racional dos seus recursos e da SAN. De facto, o tema da SAN não é novo na GB, pois tem vindo a fazer parte de diversas agendas de vários governos no passado.

O Estado guineense é signatário de diversos acordos, convenções e outros instrumentos internacionais que reconhecem o direito à segurança alimentar e a uma alimentação adequada. Por exemplo, em 2004, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) aprovou as *Diretrizes Voluntárias do Direito à Alimentação* que integra um conjunto de recomendações que visam apoiar os países a realizar, progressivamente, esse direito em cada contexto nacional. Sabe-se, por exemplo, que a GB é signatária e que ratificou o Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais (PIDESC), o qual, entre outras disposições, reconhece o direito dos povos a uma alimentação adequada.¹² O país participou também nos principais eventos relacionados com a SAN, tais como a Conferência Mundial da Alimentação (Roma, 1996), a Conferência Mundial da Alimentação: Cinco anos depois (Roma, 2002), a Conferência de Alto-nível sobre Segurança Alimentar Mundial: Os desafios das alterações climáticas e bioenergia (Roma, 2008) e a Conferência Internacional (CIN2), onde foi adotada a Declaração de Roma sobre a Nutrição e o Documento da Acção Estratégica (Roma 2014).

Tendo em conta a descontinuidade na implementação de políticas públicas e o alto nível de rotatividade do pessoal técnico e dirigente, o desafio da redução da pobreza através de uma melhoria da gestão macroeconómica e da coordenação da ajuda pública ao desenvolvimento não tem sido eficaz na criação de postos de trabalho, na geração de renda, na melhoria da acesso aos serviços sociais (saúde, educação e previdência) e na segurança

¹² Cf., por exemplo, *Direito à Alimentação e Segurança Alimentar e Nutricional nos Países da CPLP – Diagnóstico de Base*.

guineense reiterou a vontade política de dar uma resposta efectiva a estes grandes desafios, com vista ao exercício dos direitos económicos e sociais garantidos pelos tratados e pelas convenções internacionais e regionais ratificadas pelo país, com a identificação das prioridades nacionais a prazo.

Por outro lado, o país também se esforçou na adaptação destes documentos estratégicos às convenções e aos tratados, bem como aos objetivos traçados em instâncias internacionais, como as Nações Unidas. Assim, em setembro de 2000, a GB participou na Cimeira Mundial do Milénio, tendo aí subscrito as resoluções finais. Pese embora os poucos resultados alcançados no quadro da implementação desses objetivos, o país realizou esforços louváveis no sentido de cumprir as metas traçadas.

Com efeito, a GB faz parte dos países que, em Setembro de 2015, se comprometeram com a *Agenda 2030*, abraçando os ODS e se disponibilizaram a medir e a monitorar o progresso em direção aos objetivos que os Chefes de Estado e de Governo traçaram coletivamente na Cúpula Extraordinária das Nações Unidas. O Objetivo 2 (ODS-2) manifesta a proeminência da SAN na *Agenda*, justamente com o objetivos de «acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e uma melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável» até 2030.

Em reconhecimento do compromisso do país para alcançar a *Agenda 2030*, o PAM das Nações Unidas iniciou um processo de planificação estratégica que visa contribuir para, em conjunto com os esforços nacionais, erradicar a fome até 2030, bem como analisar o atual portefólio de atividades do PAM para melhor se posicionar no sentido de apoiar o país a alcançar seus objetivos de fome zero.

A elaboração da *Estratégia Fome Zero* da GB permitirá ao Governo e aos seus parceiros articular as necessidades para que o ODS-2 (Fome Zero) no país possa ser efetivamente alcançado até 2030. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), há mais de 500 milhões de pessoas em situação de desnutrição no planeta. Por isso, uma das metas do ODS-2 é que, até 2030, os países desenvolvam programas e políticas que possam duplicar a produtividade dos pequenos agricultores, incluindo mulheres e povos indígenas, de modo a aumentar a renda das suas famílias.

Foi um exercício inclusivo, consultivo e liderado pelo Governo da GB, com a assistência do PAM. A elaboração da *Estratégia Fome Zero* fornecerá uma análise abrangente dos desafios enfrentados pelo país no cumprimento do ODS-2 até 2030, através de extensas análises e consultas que envolvem uma ampla gama de partes interessadas, nomeadamente o Governo, a sociedade civil, o sector privado, os doadores e as organizações internacionais.

Espera-se assim que o presente documento favoreça uma visão integrada e coordenada dos desafios, bem como das lacunas na resposta nacional à SAN, culminando no estabelecimento de parcerias com os intervenientes-chave nas diferentes áreas de atuação, de forma a assegurar que as ações preconizadas sejam implementadas de forma estruturada e permanente.

预览已结束，完整报告链接和二维码如下：

https://www.yunbaogao.cn/report/index/report?reportId=5_4421

